

Ulysses Guimarães propôs ao presidente Sarney um entendimento à base dos cinco anos de mandato com o sistema parlamentarista a ser implantado em 1989, dias antes da decisão da Comissão de Sistematização.

A proposta fora resultante de vários contatos que o presidente da Constituinte e do PMDB promoveu durante os dias que antecederam a reunião daquele órgão que definiu o sistema de governo parlamentarista como sua opção.

O quadro parecia alterar-se com a decisão do PFL em favor das teses do mandato de cinco anos e do sistema presidencialista de governo.

Mas o senador Bornhausen bem resumiu o conteúdo, a precariedade e a transitoriedade da decisão do PFL, quando chamou a atenção para o fraco aplauso que marcou a aprovação da proposta de apoio ao presidente, caracterizando o que ele chamou de "falta de entusiasmo pela decisão". Foi, segundo o ex-ministro da Educação, "uma aprovação *sui generis* a termo e que se esgota com o fim da Constituinte".

Observavam, ainda, alguns pefelistas que esse "apoio" ao presidente foi bem caracterizado como transitório pelo ministro Aureliano Chaves ao limitá-lo ao período de elaboração da Carta.

Revelando preocupação com os destinos do PFL, alguns outros faziam observações, logo após a reunião presidida pelo ministro Aureliano Chaves, sobre casos como o de Rondônia, onde o partido havia conseguido eleger seis deputados estaduais, dos quais quatro — o líder da bancada, inclusive — estavam se desligando da legenda em razão da permanência de seus correligionários no governo.

Na verdade, o PFL não ficou solidário com o presidente, pois simplesmente decidiu apoiá-lo até a promulgação da nova Constituição, e, ainda, com a advertência de Aureliano Chaves que reclama a demora de transição, o que foi interpretado como uma adesão às eleições já em 1988.

Ora, por mais estranho que pareça, a promulgação da nova Carta está planejada ainda para este ano. E esta é a opinião de Ulysses Guimarães, manifestada até mesmo junto ao presidente da República. Aliás, o trabalho da Comissão de Sistematização, com a prorrogação dos 20 dias, tomou novo ritmo, ao mesmo tempo que a providência não regimental, mas adotada pelo acordo de líderes, permitiu a realização

Constituinte



Os prazos
de Ulysses.
E. de Sarney.

2 NOV 1987

Freitas Nobre

concomitante de suas reuniões com as sessões da própria Constituinte a examinar a matéria já ali votada e encaminhada a plenário em capítulos, títulos e seções.

Alguns parlamentares argumentavam que seria impossível essa

votação concomitante em razão de matérias colidentes que exigiriam retificação posterior, especialmente se viesse a ser adotado o presidencialismo, quando os textos aprovados pela Sistematização colidissem com as decisões do plenário geral. Ficou, porém, esclarecido que, se isso ocorresse, as modificações seriam feitas com o assessoramento de um grupo de gramáticos, entre os quais o professor Antônio Houaiss, já contratado pela Mesa da Assembleia.

Perdura, no entanto, a disposição de alguns parlamentares de exigirem o direito de apresentação de novas emendas em plenário, pois que ali os requerimentos de destaque são privativos dos líderes. E nessa posição colocam-se alguns parlamentares como o deputado Ricardo Fiúza, que ameaça promover um movimento de rebeldia, negando quórum às votações.

Mas o contraditório é que a Comissão de Sistematização continua funcionando graças aos suplentes, pois que nas votações da semana passada, exceção feita quanto ao sistema de governo, o índice de ausência dos titulares foi muito alto, estando o PMDB na primeira posição, o PFL em segunda, não havendo exceção partidária, sequer para o PT.

Provavelmente, as reuniões de amanhã continuarão com esse mesmo quadro de ausências, podendo ocorrer alterações segundo as oscilações verificadas com os suplentes.

Como as decisões da Comissão de Sistematização para serem alteradas dependem de um quórum de 280 constituintes, verifica-se que o que não for ali aprovado dificilmente obterá modificação em plenário, apesar das previsões equivocadas que líderes e assessores levam maliciosa ou ingenuamente à boa fé com que se distrai o presidente.

Ontem, o assunto dominante em Brasília, era a entrevista-bomba e a carta dirigida ao ministro da Justiça pelo jornalista Ruy Lopes que entregou a presidência da Empresa Brasileira de Notícias denunciando a corrupção, o empreguismo, a existência de dois governos (dos ministros e dos assessores) e a transformação da EBN em ministério clandestino para satisfazer a gula dos políticos...